

INQUÉRITO POLICIAL

DELEGACIA DE POLÍCIA: _____

NÚMERO DO INQUÉRITO: _____

NATUREZA DO FATO: _____

LOCAL DO FATO: _____

DATA DO FATO: _____

I – DOS FATOS

Relata-se que no local e data acima indicados ocorreu o fato delituoso descrito a seguir:

II – DAS PARTES ENVOLVIDAS

1. Vítima:

Nome: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Endereço Completo: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

2. Suspeito(s):

Nome: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Endereço Completo: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Descrição física e outras informações relevantes: _____

III – DAS TESTEMUNHAS

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Relação com o fato: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Relação com o fato: _____

IV – DOS ELEMENTOS DE PROVA

1. Documentos anexados: _____

2. Objetos apreendidos: _____

3. Laudos periciais (se houver): _____

4. Outros elementos: _____

V – DAS PROVIDÊNCIAS

Solicita-se a adoção das seguintes medidas investigativas e processuais:

- Oitiva das testemunhas mencionadas;
- Requisição de perícias técnicas necessárias;
- Busca e apreensão (se aplicável);
- Intimação de partes envolvidas;
- Outras providências que se fizerem necessárias para a elucidação do fato.

VI – CONCLUSÃO

Ante o exposto, requer-se o regular prosseguimento do presente inquérito policial, com a apuração detalhada dos fatos e responsabilização dos envolvidos, conforme a lei.

Local para assinaturas:

Delegado de Polícia

Escrivão de Polícia

Autor do Registro

Testemunha 1

Testemunha 2

Vítima

Suspeito

Fonte original deste documento:

<https://documentos-br.com/inquerito-policial/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.